

Burguesia, Estado e desenvolvimento capitalista no Brasil a partir de 1930: interpretações e debates

Carlos Bernardo Vainer¹, Carla Hirt², Deborah Werner³, Flávia Braga Vieira⁴, Javier Walter Ghibaudi⁵ e Luis Fernando Novoa Garzon⁶

- 1 Doutor em Desenvolvimento Econômico e Social/Université de Paris I Panthéon/Sorbonne, Economista e Sociólogo. Professor Titular do IPPUR/UFRJ, Brasil. E-mail: cvainer@uol.com.br
- 2 Doutoranda no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestrado e Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: carla_hirt@yahoo.com.br
- 3 Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestrado em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia, Brasil. E-mail: deborah_werner@hotmail.com
- 4 Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, Mestrado em Sociologia e Antropologia e Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É Professora Adjunta de Sociologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: flaviabv@gmail.com
- 5 Doutor e Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, graduação em Economia pela Universidad de Buenos Aires. Professor Adjunto de Pensamento Econômico, Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, Brasil. E-mail: javierghibaudi@gmail.com
- 6 Doutor em Planejamento Urbano e Regional, com formação em Sociologia e Ciência Política. Professor da Universidade Federal de Rondônia, Brasil. E-mail: l.novoa@uol.com.br

RESUMO: Procuramos, neste artigo, discutir a especificidade da burguesia brasileira e respectivas genealogias do que seriam processos de maturação ou de inconclusão do capitalismo no Brasil. Como tais processos não se apresentam de forma sincrônica, expusemos postulações de distintas vias de modernização ou de desenvolvimento capitalista, com destaque para um eventual papel substitutivo do Estado. Estado esse, objetivamente demarcador da relação entre capitais nacionais e estrangeiros, que é interpretado ou como pré-requisito de unidade de classe ou como resultado de confluências estratégicas. A origem e a disposição final desse "tripé do desenvolvimento" (Estado - capital privado nacional - capital privado estrangeiro) indicam significativas variações nas vias feitas predominantes. A reestruturação neoliberal, iniciada nos anos 90, propiciou o surgimento de novas dinâmicas de acumulação de capital e de novos arranjos empresariais em que o BNDES foi elemento definidor, tanto nas privatizações como nas conglomerações posteriores. É nesse cenário que situamos as conclusões e interrogações do trabalho, nos marcos de uma agenda coletiva de pesquisa, que procura avançar na visualização dos caminhos da conexão entre Estado e burguesia no Brasil.

Palavras-chave: Especificidade das vias de desenvolvimento capitalista. Relação entre o Estado e capital. Papel do BNDES nas alterações do regime de acumulação do capitalismo no Brasil.

Bourgeoisie, State and capitalist development in Brazil since 1930: interpretations and debates

ABSTRACT: With this theoretical-historical exploration we seek to discuss notions of capitalist specificity and consequent genealogies of "capitalism maturation" processes. Since such processes did not occur in a synchronic way, we present formulations of different modernization paths or capitalist development, highlighting the substitute role of the State, considered at times as a determiner entity or as the result of strategic convergence; the State objectively configures the relationship between domestic and foreign

capitals. The present stage of this tripod (State - national private capital - foreign private capital) indicate significant variations in the predominant forms of capitalism's development in Brazil. The neoliberal restructuring, started in the 90s, has given rise to new dynamics of capital accumulation and new business arrangements in which BNDES has been the enabling element in privatization of public productive sector and subsequent conglomerations. It is in this scenario that we place the findings and questions of our investigation, in the scope of a collective research agenda which seeks to advance in view of the connection between the State and the bourgeoisie in Brazil.

Keywords: Specificity of capitalistic ways of development. Relation between capital and the State. The role of BNDES in the accumulation regime of capitalism in Brazil.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma primeira reflexão do Programa de Pesquisa “**BNDES, financiamento público e capital privado: dimensões político-institucionais, socioeconômicas e territoriais**” que tem como objeto de estudo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Este artigo sistematiza o debate realizado na literatura brasileira sobre as relações entre burguesia, Estado e capitalismo brasileiro desde a constituição do capitalismo de caráter industrial até a atualidade. Interessa compreender as principais questões e conceitos que acompanham essa discussão, considerando consensos e divergências nas interpretações em disputa. Este debate, é possível afirmar, está presente nas tomadas de posição atuais, tanto na discussão acadêmica quanto nos embates políticos diretamente ligados à ação e estratégia do BNDES.

Uma questão chave que perpassa a análise de diversos autores nesse debate é a compreensão do que denominam como “especificidades” do desenvolvimento capitalista no Brasil, em contraposição aos países centrais e nações de capitalismo tardio. Como vamos observar, a questão da especificidade é interpretada frequentemente em sentido negativo, como um déficit diante do que se considera, muitas vezes de forma não explícita, como uma trajetória correta ou modelar do processo de desenvolvimento capitalista¹.

Tomando como fio condutor essa questão, a primeira parte sintetiza o debate sobre a especificidade da burguesia industrial brasileira, para em seguida trazer as análises que discutem as relações dessa burguesia com o Estado e os agentes do capitalismo estrangeiro. Na sequência, são sistematizadas as análises sobre a constituição deste *tripé do desenvolvimento* e os estudos que realizam uma crítica da trajetória do chamado *desenvolvimentismo brasileiro* até a adoção de diretrizes de cunho *neoliberal* na década de 1990. Em seguida, o artigo analisa as discussões e polêmicas mais recentes sobre quais seriam as mudanças e permanências na ação estatal e na dinâmica capitalista no Brasil nas décadas de 1990 e 2000. Finalmente são resumidas as

¹ Nesse sentido, em muitos autores a especificidade do Brasil é estabelecida em relação não a processos históricos concretos, também específicos, mas em comparação com um modelo abstrato de desenvolvimento capitalista. Para um aprofundamento desta crítica, ver Vainer (1979).

principais conclusões do trabalho e a agenda de pesquisa que dela surge para avançar na compreensão da relação concreta entre Estado e burguesia no capitalismo contemporâneo no Brasil, a partir de um exame do lugar e papel do BNDES.

1 AS ESPECIFICIDADES DA BURGUESIA INDUSTRIAL NO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA BRASILEIRO

É bastante consensual no pensamento social e político brasileiro a ideia de que o capitalismo começa a tomar forma em nosso país a partir da chamada Revolução de 1930. Após quatro séculos de uma sociedade e uma economia fundamentalmente agrárias e atreladas aos mecanismos coloniais de exploração e dominação, os anos 1930 seriam o primeiro passo na direção de uma sociedade moderna.

Qualquer análise, ainda que breve, das grandes linhas do desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil, não pode deixar de lado as transformações ocorridas a partir da década de 1930. Foi aí que se produziu uma primeira ruptura no que diz respeito ao avanço da acumulação capitalista no país, no sentido da implantação de um núcleo básico de indústrias de bens de produção, bom como na redefinição do papel do Estado em matéria econômica, visando tornar o polo urbano-industrial o eixo dinâmico da economia. (MENDONÇA, 1986, p. 15)

As interpretações sobre este momento de inflexão histórica, entretanto, são variadas. Alguns afirmam que a Revolução é um movimento das classes médias urbanas que passam a ter hegemonia sobre as classes dominantes agrárias (SODRÉ, 1964; GUERREIRO RAMOS, 1960). Outros defendem a ideia de que, a partir de 1930, a burguesia propriamente industrial vence a batalha entre frações da classe dominante, impondo-se sobre o aparelho de Estado (SANTOS, 1978). Há ainda reflexões que apontam para um vazio de hegemonia a partir da derrocada da oligarquia cafeeira, e a conseqüente consolidação de um pacto de classes, com protagonismo do Estado, para o desenvolvimento do capitalismo industrial moderno (FAUSTO, 1970).

Em todas estas perspectivas está presente uma leitura sobre o desenvolvimento capitalista francamente ancorada no modelo dos países centrais. Nesta visão, a burguesia industrial deveria ter um caráter modernizador revolucionário no que tange à economia e às relações societárias. No Brasil, a burguesia não teria tido condições de desempenhar este papel na medida em que era ideologicamente fraca, profundamente marcada por suas raízes agrárias e, portanto, com um déficit de mentalidade inovadora e empreendedora, altamente dependente do Estado patrimonialista que havia se consolidado desde a colônia e, porque não dizer, desde nosso passado ibérico original (FAORO, 1958). Os trabalhadores também não se constituíam como classe, uma vez que suas lutas estavam impedidas pelo Estado, o qual tomava a frente dos conflitos, através de mecanismos de conciliação de classes (WEFFORT, 1978).

Neste sentido, o desenvolvimento capitalista brasileiro, que se inaugura com o movimento de 1930, teria sido totalmente protagonizado pelo Estado. Os momentos mais claros deste protagonismo teriam se dado no Estado Novo de Vargas e na chamada República Populista (1945-1964). A produção de relações sociais capitalistas modernas deu-se, portanto, a partir da ação do Estado em várias frentes.

De um lado, o Estado criou a infraestrutura necessária ao trabalho industrial, tais como ferrovias e rodovias, produção e distribuição de energia, indústrias de transformação de base (mineração, siderurgia e metalurgia), entre outras. De outro lado, o Estado “outorgou” os direitos trabalhistas que permitiram o surgimento de um proletariado tipicamente industrial através de ações como a CLT, a legislação sindical varguista e o Estado Social. Por fim, o Estado planejou e orientou os mais diferentes setores econômicos através de instituições e órgãos planejadores públicos e da criação de um sistema de financiamento nacional no qual teve importante destaque o BNDES (DRAIBE, 1985; DRAIBE e AURELIANO, 1989).

Inseridos no debate sobre as particularidades da formação social e política brasileira, e paralelamente às leituras sobre a forma e a atuação do Estado, muitos autores se dedicaram à compreensão do caráter da burguesia no Brasil. Durante boa parte dos anos 1960 e 1970 predominou no pensamento social e político brasileiro uma perspectiva que indicava a incapacidade da burguesia de liderar o processo de desenvolvimento capitalista.

Dos anos 40 até fins da década de 1970, foi hegemônica na literatura acadêmica a ideia de que, entre nós, as principais características da burguesia teriam sido o pouco vigor empreendedor, a mentalidade pré-capitalista (com destaque para o seu arraigado patrimonialismo), a deficiência organizativa, a imaturidade ideológica e a fragilidade/passividade política, sendo os dois últimos, em particular, os fatores responsáveis pelo fato de a burguesia industrial não ter alcançado o status de força hegemônica na sociedade brasileira e conquistado, conseqüentemente, o poder político. (BARBOSA, 2003, P. 31)

Costuma-se caracterizar a elite industrial brasileira da época como inexpressiva do ponto de vista econômico, desarticulada politicamente e incapaz de constituir-se enquanto grupo de pressão junto aos núcleos do poder. [...] Consagrava-se, desta forma, o antagonismo entre um Estado forte – propulsor das mudanças – e uma burguesia industrial fraca e desorganizada – assim como quase toda a sociedade. (MENDONÇA, 1986, p. 20)

Embora uma série de reflexões sobre o empresariado nacional tenha sido feita anteriormente, a área temática ganha relevância a partir das contribuições presentes no Projeto de Pesquisa, liderado por Florestan Fernandes na USP, *Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento*, na primeira metade dos anos

1960². Esta ampla reflexão sobre as especificidades da sociedade brasileira continha três eixos fundamentais: o empresariado industrial, o Estado e os trabalhadores. Coube a Fernando Henrique Cardoso a análise mais aprofundada sobre o empresariado.

Na obra publicada em 1964, Cardoso empreende uma vasta investigação sobre empresas e empresários nacionais a partir de entrevistas com industriais de várias cidades do país, além de utilizar um *survey* do grupo de Florestan Fernandes no qual foram aplicados questionários a 288 empresas. A partir desta amostra ampla e utilizando a metodologia weberiana dos tipos ideais, Cardoso classifica os empresários em “capitães de indústria” e “homens de empresa”. O primeiro tipo reúne os empresários que lideram suas empresas a partir de relações pessoais e familiares, cuja mentalidade carrega o patrimonialismo arcaico da sociedade brasileira e que carecem do caráter racional que seria necessário à indústria moderna. O segundo tipo é composto pelos administradores modernos de indústria cujas práticas evidenciam a busca pelo lucro, o princípio da inovação e as formas gerenciais racionalizadas.

Como o tipo “arcaico” prevalecia no Brasil, Cardoso conclui que a burguesia brasileira não seria capaz de se constituir como classe e desempenhar suas tarefas no desenvolvimento capitalista nacional. Apesar de valorizar o elemento histórico e apontar, a partir de evidências empíricas de sua amostra, uma possibilidade de transformação dos industriais arcaicos em modernos empresários, o autor vê inconsistências no empresariado industrial no que diz respeito à sua capacidade de produzir um projeto de sociedade e, assim, ter hegemonia de classe.

[...] as inconsistências do projeto de hegemonia política da burguesia industrial. Ilhada entre as motivações e interesses de tipo tradicional que a prendem por um lado ao latifúndio e à concepção tradicional de existência e, por outro lado, ao capitalismo internacional ao qual se associou para crescer economicamente, a burguesia industrial se vê na contingência de realizar uma política à beira do abismo: ora reage contra o imobilismo a que os grupos tradicionais querem limitar a política e a economia do país, ora reage contra as pressões urbanas e populares que tendem a quebrar a rotina. Hesita não porque não se dá conta de seus reais interesses, mas porque estes interesses são contraditórios. [...] para assegurar a expansão econômica e tentar o controle político do momento arrisca-se a perder a hegemonia do futuro. Por isso, volta-se imediatamente depois de qualquer passo adiante contra seus próprios interesses, recuando um pouco no presente para não perder tudo no futuro. (CARDOSO, 1964, p. 186)

A primazia de interpretações negativas a respeito da burguesia nacional e de suas fraquezas não é, contudo, linear. Alguns autores apontam ativismo ou mesmo centralidade do empresariado industrial na condução do desenvolvimento capitalista do

² O programa geral desta pesquisa foi publicado em FERNANDES, Florestan. *A Sociologia numa Era de Revolução Social*. SP: Cia Editora Nacional, 1963.

país. Já em 1965, no escopo das pesquisas lideradas por Florestan Fernandes na USP, Octávio Ianni acredita que o chamado “protagonismo do Estado” é, na verdade, o desenho de um Estado a partir das necessidades e ações da burguesia para a realização de seu projeto.

Essa situação é o resultado de um largo e crescente convívio entre a burguesia industrial e o poder público. Depois da revolução de 1930, paulatinamente, os membros dessa burguesia nascente procuraram interferir nas decisões do governo, no sentido de estimular-se a industrialização e planificar-se o desenvolvimento econômico nacional. [...] E foi o que preconizou a própria liderança empresarial, juntamente com os governantes. Em 1943, o I Congresso Brasileiro de Economia, em que se reuniram principalmente líderes do comércio, da indústria, além de técnicos, fazia um dos primeiros apelos coletivos para que o governo ampliasse a sua participação direta e indireta na economia, tendo em vista o sentido das transformações estruturais em curso. (IANNI, 1965, p. 104)

De forma semelhante, Luciano Martins (1968 e 1985) analisa os déficits da burguesia industrial brasileira para desempenhar um papel político e econômico proeminente no desenvolvimento capitalista nacional. Ele concorda com a ideia de que a burguesia industrial não produziu um projeto próprio e consolidou dinâmicas de dependência em relação ao Estado. Ao contrário, porém, de muitas análises clássicas, Martins vai indicar que o Estado não é limitador do desenvolvimento da burguesia, mas o Estado foi progressivamente incorporando lógicas e formas de ação das elites, se constituindo como agente dos muitos interesses da burguesia.

[...] a ação normativa do Estado não se exerce apenas através do que se poderia chamar de dirigismo burocrático, mas assume também um ethos tipicamente empresarial. [...] este último não se limita ao setor produtivo do Estado, [...] mas penetra também o setor Governo, pela via da gestão financeira dos fundos e pela via do exercício de atividades típicas do setor público através de formas mais empresariais do que propriamente burocráticas de comportamento. (MARTINS, 1985, p. 236)

O protagonismo do empresariado industrial no desenvolvimento capitalista e na modernização da sociedade passou a ganhar destaque nas análises do final dos anos 1970 e nos anos 1980. A tendência a ver na atuação da burguesia industrial um fator central para a consolidação do capitalismo no país foi reforçada em estudos do final dos anos 1970.

Diniz (1978) demonstra através de minuciosa pesquisa histórica, como, desde a Revolução de 1930, a burguesia foi desenhando suas relações com o Estado. Também analisa as relações da elite industrial com a elite agrária sob perspectiva bastante diferente das análises que a antecederam. O que a maioria dos analistas aponta como sendo a fraqueza de projeto e ação da burguesia, para Diniz, nada mais era do que

um processo de organização da burguesia industrial que, de forma estratégica e pragmática, consolidou sua hegemonia na sociedade brasileira.

Independente da inconsistência de um projeto mais propriamente nacional, a burguesia teve projeto (e este projeto foi se alterando historicamente), o qual, nas relações com outras frações de classe, com o Estado e com a classe trabalhadora, foi altamente eficaz. Segundo a autora, o principal meio de incorporar suas propostas na agenda do Estado foi através da atuação enquanto consultoria “técnica” nos órgãos de planejamento econômico.

No anteprojeto de programa político elaborado para ser apresentado ao VI-II Congresso do Partido Democrático, divulgado a 11 de junho de 1932, sugere-se a criação dos Conselhos Técnicos, que funcionariam junto aos Ministérios, prestando assessoria ao legislativo e ao executivo. Destes conselhos fariam parte representantes das associações de classe, ao lado de quadros técnicos, escolhidos entre pessoas de notável saber. (DINIZ, 1978. p. 105)

Contando com a participação de expressivos representantes do mundo dos negócios, inclusive industriais como Guilherme Guinle, Mário Ramos, Eivaldo Lodi, Luiz Betim Paes Leme e Roberto Simonsen, entre outros, além de técnicos do governo e militares, tais órgãos funcionariam como canal de acesso do setor privado à esfera governamental, institucionalizando um novo estilo de participação, [...] legitimaria a atuação direta dos interesses econômicos no interior da burocracia, generalizando a prática da negociação direta e fechada entre setores público e privado [...]. (DINIZ, 1978, p. 116)

Desta forma, é possível afirmar que as relações entre Estado e burguesia no Brasil são bastante amplas e não podem ser pensadas sob a ótica da dicotomia. Ao contrário, a complementariedade e o entrelaçamento são constitutivos do desenvolvimento capitalista da sociedade brasileira. O modelo abstrato - e liberal - no qual a burguesia é uma classe necessariamente revolucionária, motor das transformações econômicas, e o Estado é um ente neutro que apenas organiza a vida pública, não se tornou realidade histórica nem nos países centrais. No Brasil, certamente, a adoção deste modelo sempre fez parte de disputas político-ideológicas a respeito do Estado e da economia, apesar de, na maioria das vezes, não enunciar-se como tal.

2 A RELAÇÃO ESTADO, BURGUESIA E CAPITAL ESTRANGEIRO NA CONSTITUIÇÃO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL BRASILEIRO

Sem deixar de analisar o papel e a especificidade da burguesia industrial, diversos autores observaram as relações econômicas e políticas entre essa burguesia, o Estado e o capital estrangeiro na constituição de um capitalismo de caráter industrial no Bra-

sil³. Dentro do que pode ser resumida como uma perspectiva *estruturalista*, autores como Maria Conceição Tavares e Carlos Lessa buscam também compreender a especificidade da formação e trajetória do capitalismo brasileiro. Como muitos autores mencionados na seção anterior, Tavares e Lessa entendem esta especificidade de forma negativa. Destacam o déficit do desenvolvimento brasileiro em direção à centralização e financeirização da acumulação capitalista, diferente do que teria se verificado nos países centrais e nos países de *industrialização tardia* (Japão e Alemanha, e também, já no pós-guerra, Coréia do Sul).

A seguir se observa, em um primeiro momento, as suas interpretações sobre o que fora denominado o *tripé* do desenvolvimento na constituição de um capitalismo de caráter industrial no país. Em um segundo momento, observam-se as análises mais detalhadas sobre a política econômica, particularmente no que diz respeito ao lugar do Estado como promotor do desenvolvimento capitalista, no período que vai da Era Vargas até o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

2.1 Herança mercantil e sagrada aliança como especificidade do capitalismo associado no Brasil segundo Lessa e Dain

A análise de Lessa e Dain (1981) resume duas ideias chave, também desenvolvidas e ampliadas em autores da corrente desenvolvimentista, como Maria da Conceição Tavares, para interpretar a especificidade da constituição do capitalismo industrial no Brasil. Por uma parte, trata-se de uma formação “diacrônica” das forças produtivas no capitalismo na América Latina e no Brasil em particular: o trabalho assalariado se desenvolve junto com o capitalismo mercantil liderado pelo complexo agro-exportador, e o comando do capital industrial vai se dar posteriormente somente em termos econômicos dentro de uma estrutura política pautada e herdeira desta forma anterior de acumulação de capital: “as forças produtivas capitalistas são diacronicamente constituídas (trabalho assalariado, grande indústria e sistema fabril ocorreram simultaneamente nos países avançados, mas não na periferia)” (LESSA; DAIN, 1981, p. 3).

Por outra parte, esta origem vai tornar também específica a forma de associação entre o capital estrangeiro, que lidera o processo de industrialização, o Estado e o capital nacional, o chamado *tripé* do desenvolvimento. O específico, como sublinham os autores, não passa pela existência dessa associação e a importância do Estado,

³ Sônia Draibe (1985) realiza um extenso e bem fundamentado trabalho sobre o período 1930-1960, em que analisa os aspectos da formação das estruturas capitalistas do Estado, de modo a buscar apreender as relações entre este movimento e as alternativas político-econômicas de consolidação de uma economia fundada no trabalho assalariado e na acumulação industrial. Na análise, ressalta o papel do Estado no processo de industrialização, apreendido no movimento simultâneo de diferenciação das classes sociais, das relações inter- e intra-classes e da própria formação das estruturas do Estado. Dadas as limitações do presente artigo, o tema não foi aprofundado.

mas pelos princípios e regras dessa associação. Trata-se do que sintetizam como uma *sagrada aliança* e seu *pacto básico*

[...] as filiais que lideraram (por definição) as atividades nascidas de sua instalação, ocuparam lugares no circuito de capital industrial subordinado a um complexo mercantil hegemonicamente nacional. Isso, para nós, tem um significado muito especial. **Vemos nessa antiga relação simbiótica um pacto básico que, à falta de outro nome, chamaremos de "sagrada aliança", pela qual há uma comunidade e uma convergência de interesses entre capitais nacionais dominantes em órbitas de capital não-industrial e um sistema de filiais líderes no circuito industrial.** (*Idem*, p. 5, grifos nossos)

As relações são sistematicamente de solidariedade na expansão conjunta dos capitais existentes naquele espaço nacional de acumulação e que respeita uma "especialização", uma espécie de divisão do espaço, segundo órbitas, por capitais de diferentes procedências. **Esse pacto se constitui em presença do Estado.** (*Idem*, p. 5, grifos nossos)

As regras básicas de funcionamento da *sagrada aliança* tendem a permanecer e determinar as especificidades na forma de acumulação capitalista no Brasil e são assim resumidas:

[...] um pacto implícito com duas cláusulas básicas. **A primeira dispõe, como reservas para os capitais nacionais das órbitas de seu interesse crucial, como frentes de valorização. Tais órbitas são não-industriais e, entre elas, as filiais estrangeiras industriais não poderão diversificar as inversões. A segunda** estabelece uma regulação quanto à partição horizontal da massa de lucros do capitalismo associado. **A rentabilidade das órbitas sob controle do capital nacional não será inferior à da órbita industrial.** A existência do pacto exige algo do Estado: que seja o seu gestor. (*Idem*, p. 7, grifos nossos)

E acreditamos que essa é a especificidade do Estado em nosso continente, pelo menos no caso brasileiro. **A função de gestor do pacto é fundamental para a reprodução do pacto do capitalismo associado e a manutenção da "sagrada aliança".** (*Idem*, p. 7, grifos nossos)

É essa forma de associação que bloqueia o processo de centralização e especifica a acumulação de capital no Brasil, não lhe permitindo a formação de blocos financeiros industriais com capacidade técnica e fortaleza econômica e política como se verifica nos países centrais e os de industrialização tardia bem sucedida:

[...] é uma espécie de centralização "imperfeita"; algo como um bloqueio político-estrutural à centralização do capital. Nos países centrais, os blocos de capital se constituem com cabeças financeiras que se distribuem pelas diferentes órbitas de capital. Apresentam condições como bloco para regular, disputando com seus equivalentes as margens de lucro das diferentes órbitas. **As filiais estrangeiras instaladas nos nossos capitalismo não po-**

dem romper a aliança, o pacto básico. Estão limitadas pela necessidade de reprodução do pacto de dominação. Aqui não podem reproduzir como em um espelho a organização característica das economias centrais, e tampouco podem fazer sob sua hegemonia o movimento de constituição do capital financeiro. Por razões equivalentes, às quais se pode agregar sua debilidade relativa, tampouco pode fazê-lo o capital nacional privado. **Há uma situação peculiar na qual nenhum dos capitais existentes em nossos capitalismo em etapa monopólica pode fazer o movimento geral de centralização.** (*Idem*, p. 8, grifos nossos)

E, antecipando os termos de um debate mais contemporâneo que veremos mais adiante, para os autores o Estado não teria as condições de completar o processo de centralização do capital por razões estruturais e até de origem do desenvolvimento capitalista no país:

Para alguns haveria um ator - o Estado - que poderia promover a centralização. Cremos que tal virtualidade é formal no Estado gestor do pacto básico. O capitalismo em etapa monopólica - presente em muitas evidências nas economias latino-americanas - tem em nossos ecúmenos de acumulação **uma autolimitação estrutural em direção ao movimento de monopolização.** (*Idem*, p. 8, grifos nossos)

[...] **estes são capitalismo que, por razões genético-constitutivas, parecem não poder completar a monopolização.** (*Idem*, p. 9, grifos nossos)

Finalmente, os autores deixam claro que estas especificidades do capitalismo brasileiro não são uma "anormalidade" ou equívoco de política econômica, mas consequências da sua estrutura e regras de funcionamento:

[...] os problemas que se oferecem para o Estado como administrador da "sagrada aliança" - permitir a valorização predominantemente especulativa de lucros, apropriadas pelos capitais das órbitas não-industriais -, é uma agenda específica de nosso capitalismo associado. **A nosso ver, toda aquela seqüela de manifestações não são disfunções do nosso capitalismo, mas dimensões de seu modo de ser. Não são desvios ou equívocos na condução da política econômica, mas um reclamo estrutural desse tipo de capitalismo.** (*Idem*, p. 10, grifos nossos)

2.2 O déficit do capitalismo brasileiro rumo à centralização e o lugar do Estado no financiamento à acumulação: as análises de Maria da Conceição Tavares e Luciano Martins

As clássicas análises de Maria da Conceição Tavares realizam também uma interpretação das relações econômicas e políticas do desenvolvimento capitalista brasileiro afins em método, conceito e conclusões com os estudos de Lessa e Dain. A partir de um estudo de Economia Política, a autora vai encontrar na formação do capitalis-

mo industrial no Brasil e nas regras de constituição e funcionamento de seu *tripé* as suas especificidades e as razões do *déficit* do desenvolvimento brasileiro rumo a uma centralização do capital.

Para Maria da Conceição Tavares, a especificidade do padrão de acumulação do capitalismo no Brasil deriva-se, em parte, do processo originário de industrialização do país, qual seja a articulação de ciclo comercial-mercantil do complexo cafeeiro. O mercado se expandia com base na "diferenciação do capital cafeeiro em suas faces urbana, industrial, rural e financeira." (TAVARES, 1974, p. 124).

A infante manufatura no país engatinharia pelos bens de consumo assalariado e pela indústria leve de bens de produção: "exclui-se de partida, na divisão interna do trabalho, o núcleo fundamental da indústria pesada de bens de produção." (*Idem*, p. 125). Esse autobloqueio da industrialização é explicado "pelo fato histórico e relativamente endógeno de que a acumulação industrial se submete, desde o início do processo, ao desenvolvimento da produção e do capital mercantil exportador" (*Idem*, *Ibidem*).

Os anos 1950 serão o cenário para a constituição de forças produtivas especificamente capitalistas: "capazes de afiançar a dominância do capital industrial no processo global de acumulação" (*Idem*, p. 128). Enquanto o Estado se encarregou da implantação da indústria pesada e de bens de produção, as empresas internacionais se perfilarão nos setores diferenciados de bens de consumo.

Nesse novo e específico padrão de acumulação ou "padrão brasileiro de desenvolvimento" que se iniciava, não estava definido com clareza o papel do Estado no período de transição ao capitalismo industrial, o que só viria ser feito sob a égide de uma ditadura militar. A expansão do Estado transcorreu assim domesticadamente, priorizando em simultâneo o avanço do capital estrangeiro e o alinhamento geopolítico automático em relação à matriz imperial norte-americana em um mundo então bipolar.

O amadurecimento de estratégias convergentes de grupos econômicos e aparatos repressivos e ideológicos do Estado no Golpe Militar de 1964 não teria sido possível sem o acúmulo de poder econômico e político desse bloco em formação, na década que lhe precede. A condição de "economia oligopólica moderna" - instaurada desde antes com forte participação do Estado e do capital internacional - propiciava o seguinte pêndulo: ganhos parciais e temporários para os setores não oligopolistas em momentos de aceleração econômica e vantagens extraordinárias nos momentos de desaceleração para os setores com maior grau de concentração.

Tavares localiza no *boom* econômico entre 1957-61 dois saltos: um na capacidade produtiva existente e outro, tecnológico. Ambos são afunilados nos setores de material de transporte, material elétrico e metal-mecânica, com elevada complementaridade interindustrial. Esta concentração é absoluta em favor das grandes empresas, as empresas internacionais, que já predominavam nos setores de bens de consumo diferenciado (material elétrico e transportes) e as "nacionais", públicas e privadas (bens

de capital e as processadoras de insumos estratégicos). A partir de 1961, quando a demanda desacelera, a economia mergulha em uma etapa de concentração absoluta. A desaceleração afeta desigualmente os setores industriais, beneficiando os dotados de maior capacidade de inovação, integração vertical, economias de escala, mercados externos, ou seja, estamos falando em primeiro lugar das empresas estrangeiras. No quadro pré-64 “a taxa de acumulação e expansão das grandes empresas só se pode manter às custas das pequenas empresas, e ao mesmo tempo aumenta o grau de desnacionalização das indústrias tradicionais” (TAVARES, 1974, p. 156).

Esses ganhos diferenciados no topo é que cimentaram a aliança que resultaria no golpe militar em 1964. As ausências também explicam o desenlace: ausência de capacidade de expansão endógena do sistema industrial, ausência de alavancagem financeira de um projeto de desenvolvimento com bases mais amplas, ausência de

[...] expansão compensatória da demanda pública de investimentos. Esta, se houvesse podido ampliar-se, não só neutralizaria parte do efeito desacelerador da demanda privada ao setor de bens de capital, como, eventualmente, forçaria a uma standardização e um aumento da complementaridade e integração de todo o setor, o que teria produzido um verdadeiro salto qualitativo nos níveis de eficiência e de incorporação tecnológica do setor industrial em seu conjunto. (*Idem*, p. 165).

A entrada do capital estrangeiro em projetos de longa maturação exigia “acordos estratégicos” com o Governo, configurando estruturas oligopólicas blindadas, que requeriam mudanças radicais nos esquemas de financiamento público e privado, como veremos mais adiante. A viabilização desses acordos passava a depender “tanto de um consenso sobre o destino de certos ramos estratégicos, como de decisões mais coordenadas entre empresas estatais e empresas estrangeiras, que levassem a uma maior complementaridade de sua expansão” (*Idem*, p. 166).

A problemática do financiamento à acumulação e o papel do Estado é tratada em detalhe por Maria da Conceição Tavares, que aponta à forma como, após 64, as empresas estatais não só se multiplicaram como obtiveram condições de auto-financiamento. Era o momento então de ofertar e diversificar mecanismos de financiamento em consonância com a nova complementaridade requisitada. Eis como incidem os “substitutivos históricos” em nossa via transversa de industrialização. Coutinho e Belluzzo (*apud* TAVARES, 1974, p. 144) afirmavam que, no caso brasileiro, o sistema financeiro público e as estatais estavam, na década de 1970, cumprindo o papel que coube ao capital financeiro nas industrializações avançadas. Como já foi observado, Lessa e Dain e também Tavares posteriormente iriam discordar destas interpretações.

Se é fato que a aglutinação e gestão de grandes massas de recursos financeiros ficaram a cargo do Estado, para Tavares “entretanto, as instituições financeiras públi-

cas cumprem apenas o lado **passivo** da função financeira” (TAVARES, 1974, p. 144, grifos no original).

Em outros termos, o processo de monopolização do capital seria exterior às instituições financeiras públicas, ainda que estas estivessem a seu serviço. Tavares faz esta análise observando os efeitos da reforma geral do Sistema Monetário-Creditício entre 1964 e 1965 e da Reforma Fiscal e Financeira de 1966 (conhecida como a “Reforma Campos-Bulhões”). O estabelecimento de poupanças compulsórias (como o FGTS) e do primeiro imposto sobre operações financeiras (IOF), cuja arrecadação comporia as reservas monetárias do recém criado Banco Central, dava poder organizador ao Estado sobre um mercado crucial – até então sem qualquer direcionamento ou supervisão. O propósito último do Regime Militar ao criar novos instrumentos de mobilização financeira, bem como instituições especializadas em várias modalidades de crédito, era o espraiamento de um mercado de capitais sob controle do setor privado em detrimento das instituições públicas de financiamento.

No âmbito do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) em vigor entre 1965 e 1970, buscou-se implementar uma divisão de trabalho entre as instituições financeiras. Operações de curto prazo, aos Bancos Comerciais, de médio prazo, às sociedades de crédito e financeiras e de longo prazo, aos Bancos de Investimento, a serem criados. Das duas primeiras funções - de natureza comercial-operativa - criação de crédito e intermediação financeira, o sistema financeiro se incumbiu. Já a terceira, com vezo estruturador, não. E seria justamente nessa dimensão ativa que o sistema financeiro deveria atuar:

[...] como condutor (em alguns casos, como sujeito) do processo de monopolização do capital, acumulando a fusão e cruzamento de grandes grupos e blocos capitalistas.

[...]

A terceira função (a de gerir grandes massas financeiras no sentido de mover o processo de centralização do capital) não foi efetivamente desenvolvida pelo sistema financeiro senão que remetida à esfera do Estado, onde se processa de modo específico e incompleto (TAVARES, 1978, p. 141 e 143, respectivamente).

Como é sabido, o sistema financeiro eximiu-se de tal “dever”. Coube ao Estado, principalmente através do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) preencher, de forma mais ou menos errática, a lacuna do financiamento de longo prazo – o que perduraria até os dias que seguem. O BNDE foi chamando para si esse papel de modo incremental. Como não vieram os ensejados Bancos de Investimento privados por geração espontânea, os Fundos setoriais vinculados ao BNDE se tornaram veículos agregadores de interesses de tal ordem que conferiram inéditos níveis de centralidade política ao Banco. A terceira função da Reforma Campos-Bulhões, de alavancagem do crédito em larga escala passou à titularidade estatal, sem que seu cerne privatizante se alterasse. Pode-se observar pela *Tabela 1* que os

Fundos criados após 64 criaram um regime de subsídio incondicional às empresas privadas.

Tabela 1: Fundos geridos pelo BNDE

FUNDO	CARACTERÍSTICAS
Fundo de Reparcelamento Econômico (FRE), 1953	Infraestrutura (Transportes e eletricidade)
Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME), 1964	Financiamento para a produção e aquisição de máquinas e equipamentos de produção nacional com índices de nacionalização de 67% (passa a 75% em 1976).
Fundo de Desenvolvimento Técnico Científico (FUNTEC), 1964	Financiamento do Ensino e da pesquisa tecnológica
Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (FINEP)*, 1964	Financiamento de estudos de viabilidade de projetos
*Em 1967, converteu-se a empresa pública subordinada ao Ministério de Ciência e da Tecnologia. Em seu lugar, foi criado o Fundo de Financiamento de Pesquisas Técnicas (FUNESPE) em 1969. Outros fundos são: Fundo Agroindustrial de Reversão (FUNAR), 1964; Financiamento à Pequena e Média Empresa (FIPEME)**, 1965; Fundo de Desenvolvimento da Produtividade (FUNDEPRO), 1966; Fundo para Financiamento de capital de giro (FUNGIRO), 1968; Fundo de Modernização e Reorganização Industrial (FRMI), 1970; Programa de Operações Conjuntas (POC), 1975; Programa de Apoio à Capitalização da Empresa Privada Nacional (PROCAP), 1976; **Posteriormente incorporado ao POC	
Elaboração: Anna Stauffer e Luis F. Novoa	

Martins (1995) destaca, em sua periodização da evolução do BNDE, a terceira e última fase: com ano de início em 1965, correspondente à sua realização como Banco de Fomento e “demiurgo de um novo tipo de empresariado nacional” (1995, p. 95).

A composição de uma constelação de fundos setoriais e subsidiárias em um sistema nacional de fomento consolida o Sistema BNDE (*Tabelas 1 e 2*):

Tabela 2: Subsidiárias do BNDE (participações)*

SUBSIDIÁRIAS	CARACTERÍSTICAS
Mecânica Brasileira S.A (EMBRAMEC), 1974	Apoio à Indústria de equipamentos
Investimentos Brasileiros S. A. (IBRASA), 1974	Capitalização de empresas privadas nacionais
Insumos Básicos Financiamento e Participações S. A. (FIBASE), 1974	Apoio à indústria de base (siderurgia, petroquímica, mineração, cimento)
*A partir de 1982, BNDES Participações S/A (BNDESPAR)	
Elaboração: Anna Stauffer e Luis F. Novoa	

É nessa fase que o Banco converte-se em espaço de concepção e planejamento “inter-setorial”. A percepção das desproporções econômicas estruturais do país e a condução de seus setores tendo em vista reequilíbrios dinamizadores do conjunto da economia seria a forma “nacional” possível em um país autorizado a crescer nas brechas e bordas do capital estrangeiro.

O desenvolvimentismo atribuído aos Governos militares, notadamente à gestão Geisel e ao II PND (1974-1979), não provém de laivos ou pendões nacionalistas de facções da camarilha militar. A garantia de uma abertura lenta, gradual e segura era a manutenção a todo custo de índices de crescimento assemelhados aos dos tempos

do “milagre econômico”. A fim de contra-restar a recessão internacional anunciada com o 1º choque do petróleo em 1974, Geisel ressuscita a agenda nacional-desenvolvimentista e trata de concluir as tarefas inconclusas da Era Vargas: a extensão da indústria pesada e de bens de capital, controle sobre insumos básicos e a sustentação da demanda através de grandes projetos. O BNDE foi colocado no centro desse esforço reequilibrador e anticíclico, no intento de diminuir a vulnerabilidade das contas externas do país por meio de uma pauta de substituição de importações e de exportações, tendo como meta robustecimento do capital privado nacional (ver Tabela 3).

O afimco do Banco em fortalecer a perna débil do tripé acabou, segundo Martins (1995), por gerar dependência e desarticulação desse setor com tanto zelo tutelado. Assim, como a revolução burguesa no Brasil fez-se invariavelmente na ausência de uma burguesia *strictu sensu*, o BNDE forjou gerações e gerações de “capitalistas sem capital”. O problema, segundo Martins, seria uma instituição que deveria funcionar como ente racionalizador e agregador de dinâmicas coletivas passar a substituir o que deveria apenas veicular. O suporte a setores selecionados com contrapartidas previstas para a sociedade nacional transformou-se em cobertura incondicional de setores peremptoriamente escolhidos para vencer. Em sua conclusão, Martins parece ficar mais próximo das análises e críticas liberais mais recentes ao chamado “capitalismo cartorial” ou do Capitalismo de Estado, como veremos adiante.

Tabela 3: Planos econômicos e políticas do BNDE

PLANO	CARACTERÍSTICAS	ATUAÇÃO DO BNDE
Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), 1964-1967	Controle inflacionário, apoio aos setores prejudicados pela inflação. Reforma fiscal e financeira.	Circunscrição de sua atuação, através de Fundos setoriais e em função da criação de um mercado de capitais.
Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), 1968-70	Expandir o crédito para o setor privado para setores com maior potencial de dinamismo	Aumentar capacidade de financiamento do Banco e reconhecimento de seu lugar central na condução dos Fundos setoriais.
Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), 1971-74	Elevar as taxas de expansão da economia através de extensos programas de investimento de e aceleração da aquisição de tecnologia.	Fortalecimento e direcionamento do FINAME e FUNTEC e do Banco como um todo para os esforços de concentração e inovação.
Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) / 1º Plano Quinquenal de Ação, 1974-79	Novo padrão de industrialização calcado na indústria de base e o fortalecimento do capital privado nacional	Regularização das fontes do Banco através do PIS/PASEP. Criação das subsidiárias voltadas a participações. Entronização do Banco cofinanciador e modernizador do setor privado nacional.
Elaboração: Anna Stauffer e Luis F. Novoa		

3 AS RELAÇÕES ENTRE ESTADO, BURGUESIA E CAPITAL ESTRANGEIRO NA TRAJETÓRIA DO “DESENVOLVIMENTISMO” E AS MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA DÉCADA DE 1990

Nesta seção, sistematizamos as análises de autores como José Luis Fiori e Maria da Conceição Tavares que, na mesma perspectiva teórica da seção anterior, realizam uma crítica ao período de industrialização brasileira buscando explicar as causas da sua crise. Observam criticamente, também, os fundamentos e os resultados da posterior tentativa de redefinição das relações entre Estado, Burguesia e Capital Estrangeiro no começo década de 1990 no contexto das diretrizes ditas *neoliberais*.

3.1 A ausência de Projeto Nacional e os sujeitos e regras da modernização conservadora no Brasil

No final da década de 1990, Maria da Conceição Tavares e José Luis Fiori continuaram estudando a Economia Política do desenvolvimento capitalista brasileiro na tentativa de explicar sua trajetória e se opor às duas ideias do senso comum presentes na época. Por um lado, sublinham as permanências do processo mais longo de *modernização conservadora* no contexto das políticas neoliberais, que se anunciavam como re-fundadoras das relações econômicas e políticas no país na década de 1990 (FIORI, 2001; TAVARES, 1999)

[...] fica cada vez mais claro que o projeto neoliberal dos anos 90 só foi viável porque contou com o apoio das mesmas forças conservadoras que se beneficiaram do projeto desenvolvimentista, mantendo durante o período, como durante o ‘reformismo neoliberal’, as mesmas regras e estruturas sociais e políticas regressivas que caracterizaram toda a trajetória da ‘modernização’ brasileira, durante o século XX. (FIORI, 2001, p. 272)

Por outro lado, vão sustentar que nunca chegou a se constituir no Brasil um Projeto Nacional Desenvolvimentista, assim como não houve um Estado forte liderando um processo de desenvolvimento próximo de uma “via prussiana”⁴:

No ‘período desenvolvimentista’, o Brasil manteve uma das mais elevadas taxas médias de crescimento mundial. A extensão da presença do Estado nessa estratégia de desenvolvimento criou a falsa ideia de um Estado forte ou “prussiano” que nunca existiu no Brasil, como tampouco existiu um projeto nacionalista agressivo de criação de um sistema econômico nacional. Com exceção de dois raros momentos, durante as mudanças geopolíticas

⁴ Lênin foi quem primeiro se valeu da formulação (via ou caminho prussiano) ao fazer uma análise comparativa entre o desenvolvimento capitalista da agricultura nos EUA e na Alemanha. (The Agrarian Programme of Social-Democracy in the First Russian Revolution, 1905-1907). Vide: <http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1907/agrprogr/ch01s5.htm#v13pp72-238>

mundiais, que ocorreram nas décadas de 1930 e 1970, o projeto brasileiro de industrialização jamais esteve associado a qualquer ideia de potência. (FIORI, 2001, p. 270)

Fiori, em texto anterior, observando dois esforços de industrialização intensiva (durante o segundo Governo Vargas e na aplicação do II PND na gestão Geisel) chamava a atenção para um frustrante saldo histórico que redundava em um “prussianismo desfigurado”, apresentando uma lista de contrapontos:

“[...] nossos cafeicultores jamais foram junkers feudais nem tiveram vocação militar, nossa burguesia padecia de anemia schumpeteriana, nossos bancos preferiram sempre a intermediação mercantil e a especulação, nossa fé nacionalista foi obra sobretudo de uma elite tecnocrática e militar, que na ausência de guerra, criou um filho bastardo, a ideia de segurança nacional, uma ideologia substitutiva que se restringiu às casernas” (FIORI, 1995, p. 63).

Em suas análises está presente, mais uma vez, a procura pelas *especificidades* do capitalismo brasileiro, no sentido de negatividade ou *déficit*. Algumas destas especificidades são a falta de uma maior centralização do capital, que permitisse o desenvolvimento de conglomerados industriais financeiros robustos que induzissem ao progresso técnico, e a inexistência de um projeto nacional e democrático - no sentido de construção coletiva de longo prazo que integrasse as diferentes classes sociais em um objetivo comum. A falta de maior centralização do capital seria uma diferença negativa em relação aos países de industrialização tardia bem sucedidos incluindo os posteriores à Segunda Guerra Mundial, como Coréia do Sul (TAVARES, 1999) (FIORI, 2001). Para sublinhar a falta de um projeto nacional e democrático, os autores contrastam o Brasil com uma referência genérica à Europa Ocidental (TAVARES, 1999) e (FIORI, 2001).

Essas características específicas do capitalismo brasileiro se relacionam, para os autores, com um processo de *modernização conservadora*. Tanto pelas características de seus sujeitos – classes e frações de classe dominantes – quanto pelas regras do *pacto conservador* que estes constituem entre si e em relação ao Estado: “uma ‘obra interna’ das lutas, das estratégias, das coalizões e da forma em que classes dominantes brasileiras exerceram seu poder e o seu permanente autoritarismo antipopular” (FIORI, 2001, p. 275).

Em outros termos, Fiori e Tavares retomam questões já observadas em Lessa e Dain (1980) sobre a forma específica que tomaria o capitalismo associado no Brasil, assim como o debate mais amplo sobre as características da elite tradicional e da burguesia industrial no país. Do mesmo modo, pode-se observar uma semelhança com a análise já referida de Boschi (1979) sobre o processo de industrialização brasileira sem construção de instituições democráticas:

Na verdade, o pacto conservador em que se sustentaram a modernização e o desenvolvimento brasileiros não computou a participação democrática em nenhuma de suas formas, e jamais patrocinou, por consequência, a institucionalização de estruturas que dessem conta e permitissem a ampliação da cidadania política e social. (FIORI, 2001, p. 282)

Para Fiori (2001) e Tavares (1999), assim como em Lessa e Dain (1980), o *tripé desenvolvimentista* teve como elo fraco o capital nacional. Caracterizados por a sua heterogeneidade em termos de interesses políticos e capacidade econômica, os empresários nacionais teriam se amparado em uma das *regras de ouro do pacto conservador*, segundo a qual as suas esferas de acumulação não teriam a concorrência do capital estrangeiro (instalado no setor de bens de consumo duráveis). Este último contraria com maior progresso técnico e aproveitaria o mercado interno brasileiro, mas sem avançar na centralização do capital e sem trazer investimentos do exterior que permitissem formar conglomerados industriais-financeiros - o que teria contrariado também o setor financeiro de propriedade nacional.

Como referido na seção anterior, caberia ao Estado, além de garantir o *pacto*, fornecer os investimentos de longo prazo mediante financiamento – notadamente pelo BNDES – e mediante as empresas públicas nas áreas ligadas à infra-estrutura. Como afirmaram os referidos autores, o Estado não poderia ser o agente da centralização do capitalismo brasileiro. Isso teria significado quebrar as regras do *pacto conservador*, se opondo ao caráter anti-estatista das elites nacionais – mesmo que claramente favorecidas pelo Estado – e mudando a forma de inserção internacional do país⁵:

[...] desde a instalação das primeiras filiais estrangeiras em 1920, o formato da própria estrutura industrial brasileira, baseada em uma combinação desigual entre empresas estatais e estrangeiras e o capital privado, além da transferência para o crédito público da responsabilidade pelo financiamento dos grandes projetos de investimento indispensáveis à industrialização. Mas, ao mesmo tempo, a postura antiestatal e a heterogeneidade dos interesses estatais impediram, desde sempre, todas as tentativas de realizar uma centralização financeira mais ativa por parte do setor público. (FIORI, 2001, p. 276)

[...] esse conjunto de limitações e vetos cruzados acabou propiciando uma espécie **de centralização bloqueada do capital**. Como consequência, ocorreu um processo de monopolização econômica segmentada e **que não foi acompanhado pela centralização dos capitais ou pela conglomeração empresarial, indispensável à multiplicação das energias privadas nos capita-**

⁵ De fato, lembram os autores, a industrialização foi orientada, já a partir de 1955, para um papel ativo das empresas transnacionais de origem americano e europeu: “Quando a formulação do projeto nacional-desenvolvimentista apontou na direção de um projeto de potência regional, durante o Estado Novo e no início dos anos 50, foi abortada pelo alinhamento geopolítico incondicional com os Estados Unidos a partir de 1941 e, **depois de 1955, por uma estratégia de industrialização transnacionalizante**”. (FIORI, 2001, p. 280; grifos nossos).

lismos tardios. No Brasil, portanto, não se pode falar na existência de um capitalismo organizado, pelo Estado ou pelo capital financeiro privado. (FIORI, 2001, p. 276, grifos nossos)

Para o autor, a estrutura e a dinâmica do processo capitalista brasileiro se relacionam também com as características das suas elites e ajudam a entender a dinâmica do *pacto conservador*. Por um lado, existiria uma matriz “histórico-estrutural” onde a importância das oligarquias tradicionais, ligadas ao latifúndio, explicariam a preferência por uma acumulação do capital do tipo mercantil, privilegiando uma forma *patrimonialista* da riqueza, pouco propensa ao risco e à inovação. Em termos políticos, essas elites teriam dificuldade em aceitar um interesse coletivo e público por cima delas e, como também afirmado por Lessa e Dain (1980), manteriam o poder de *veto* sobre qualquer tentativa de avanço do Estado para um capitalismo mais centralizado

[...] no Brasil do século XIX, a equação Estado = nação = povo foi convertida na fórmula Estado = proprietários = unidade territorial, consolidando-se como verdadeira matriz histórico-estrutural do País.

[...] No caso brasileiro, a atrofia do mundo privado e da nação acabou facilitando, sempre que necessário, a apropriação patrimonial do Estado pelos proprietários da terra e de todo tipo de riqueza patrimonial. (FIORI, 2001, p. 281).

Pode-se dizer que, apesar de alguns momentos isolados, nossas elites econômicas nunca tiveram necessidade de atrelar a defesa da acumulação de sua riqueza mercantil e patrimonial a qualquer tipo de projeto nacional e popular. (FIORI, 2001, p. 282).

Segundo Tavares, a burguesia industrial não iria contrariar essa elite tradicional. Ambas, segundo a autora, compartilhavam de dois medos: medo do povo, que explica seu caráter anti-democrático; e medo do Império, em relação à opção de submissão aos interesses dos países centrais do capitalismo (TAVARES, 1999, p. 452).

A herança estrutural e a particular dinâmica das relações entre as frações de classe dominantes explicariam, desse modo, a especificidade negativa do desenvolvimento brasileiro. O Brasil seria assim deficitário em termos do *avanço do capitalismo* e de construção de um *projeto nacional*. Este, para Tavares e Fiori, poderia ter existido como preocupação dos militares e dos intelectuais, mas não das elites políticas e econômicas (FIORI, 2001).

4 A DÉCADA DE 1990, CONTINUIDADES DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E AS CONSEQUÊNCIAS DO MODO DE INSERÇÃO INTERNACIONAL

Com base na análise de maior perspectiva histórica acima referida, Fiori (2001) e Tavares (1999 e 2000) analisam a década de 1990 destacando as permanências da *modernização conservadora*. Os autores observam, inclusive, a intensificação de al-

guns de seus fundamentos, com consequências negativas um projeto de maior autonomia nacional e capacidade econômica para o país.

José Luis Fiori (2001) sublinha como os mesmos grupos nacionais que se beneficiaram do processo de industrialização, apoiaram e foram privilegiados pelo chamado *projeto neoliberal* e suas propostas de abertura comercial, desregulamentação do mercado interno e pela privatização dos ativos públicos. Por trás do discurso de “modernização”, teriam mantido seus fundamentos nas relações entre Estado, elites tradicionais e burguesia industrial. As elites continuaram ocupando um lugar central no sistema político nacional, sendo um apoio chave da coalizão partidária no poder. A burguesia nacional teria sido privilegiada a partir de relações mais próximas ao clientelismo, se beneficiando de uma forte proteção estatal. As mudanças efetivas, que as elites apoiaram, ter-se-iam dado, sobretudo, na forma de inserção do Brasil na Economia Internacional e na forma de agir do Estado na economia.

Para Fiori (2001), tratava-se, agora sim, de um Projeto das classes dominantes, que envolvia uma maior relação de dependência dos países centrais, e que procurava se legitimar com o discurso de adaptação à globalização. Tratava-se, mais uma vez, da ausência e até de retrocesso em termos de uma proposta de autonomia nacional, tendo agora a democracia em termos formais, mas dando continuidade à intensa e histórica exploração da classe trabalhadora no Brasil (FIORI, 2001).

Miranda e Tavares (1999), ao realizarem uma análise acerca da configuração patrimonial da economia brasileira,⁶ buscam explicar as razões pelas quais no processo de privatizações teria sido perdida a oportunidade de uma centralização eficiente do capital coordenada por um Estado que passava a ser sócio fundamental dos agentes privados.

Partindo da década de 1980, afirmam que as condições macroeconômicas da economia brasileira tenderam a moldar estratégias microeconômicas de caráter rentista, cujo principal objetivo do investimento era diluir risco e elevar as margens de lucro financeiro mediante a ampliação e diversificação das carteiras dos grupos. Nesse quadro, a diversificação ocorreu em função da busca de ativos seguros ou de elevada liquidez, visando a proteção patrimonial dos grupos e a financeirização da riqueza. A dupla restrição de liquidez, por um lado pela escassez de liquidez internacional e, por outro, pelo fracasso de sucessivas políticas de estabilização, deu lugar à financeirização dos negócios dos grupos brasileiros, aparecendo pela primeira vez no balanço das empresas a componente financeira como mais relevante do que a operacional.

Conforme os autores, a lógica patrimonial defensiva na década de 1980 implicou também estratégias conservadoras de diversificação, tais como: aquisição de empresas sólidas e capazes de manter sua rentabilidade em um cenário de crescente incerteza; aquisição de ações de empresas líderes; diversificação de riscos mediante a dis-

⁶ A hipótese dos autores é que a dinâmica financeira dos grupos econômicos brasileiros deve ser compreendida, sobretudo, a partir das mudanças das políticas econômicas destinadas a superar as limitações periodicamente colocadas pela necessidade de financiamento do balanço de pagamentos.

persão de ativos reais e financeiros nos porta-fólios dos grupos nacionais; e a aquisição de empresas mineradoras, de reflorestamento, imobiliárias e de terras, ativos que funcionavam como reserva de valor.

Já na década de 1990, Miranda e Tavares destacam que a abertura comercial iniciada em 1991 constituiria um novo contexto para a reestruturação patrimonial. A concorrência das importações no mercado interno e o menor dinamismo das exportações de manufaturas a partir de 1994, decorrente da sobrevalorização, fazem com que os principais grupos brasileiros atuem de modo a restringir o âmbito de suas operações, encaminhando-se para a especialização produtiva, mantendo, porém seus ramos de *commodities* agrícolas ou industriais.

Esse quadro, somado ao processo de liberalização do mercado financeiro e da conta de capitais, leva a uma dinâmica de conglomeração diferente, mais restrita em termos de números de participantes do que nas fases anteriores de reestruturação patrimonial. Nela, eventuais extensões das atividades dos grupos decorreriam somente da percepção dos empresários quanto às possibilidades de expansão dos grupos a partir dos *core-business* existentes ou do aproveitamento da abertura de oportunidades surgidas com as privatizações (MIRANDA E TAVARES, 1999)

No âmbito das privatizações, os autores ressaltam que o processo não criava somente novas áreas de negócios com retorno financeiros imediatos ou potenciais, mas, sobretudo, proporcionava possibilidades de valorização patrimonial. Do ponto de vista dos negócios, não se tratava mais de ocupar espaços vazios, onde era baixo o nível de concorrência; objetivava-se realizar bons negócios com sócios escolhidos nas privatizações e se associar em poucos setores altamente rentáveis, basicamente na produção de não-comerciáveis. Com relação aos setores, as privatizações não envolveram aqueles de baixa densidade de capital, em que os investimentos pudessem ser financiados por uma única empresa nacional; ao contrário, requeriam associações ou consórcios com outros grupos nacionais e estrangeiros.

Da perspectiva da valorização patrimonial, constituíram-se operações de centralização de capital alicerçadas em financiamento público subsidiado e captações internacionais por bancos nacionais e estrangeiros *hedgedas* por títulos públicos cambiais, de modo que

Pela primeira vez, o Estado tentava articular “por dentro” (do processo de privatizações) a associação orgânica entre o grande capital nacional, empresas e bancos estrangeiros. O upgrading do capital nacional far-se-ia diretamente à custa do patrimônio das empresas estatais. E a associação dos capitais nacional e estrangeiro não se faria mais pela divisão do trabalho dentro das cadeias industriais metal-mecânica, eletrônica e petroquímica, como no Plano de Metas e no II PND, **mas, sobretudo, no hardcore dos setores de energia e telecomunicações**. Nessa grande operação de consolidação do grande capital nacional, participaram, a princípio, os grandes empresários da indústria, da construção civil e das finanças, que teriam o Estado, por intermédio da organização dos leilões de privatizações pelo BNDES,

como arbítrio desse novo processo de escolha dos vencedores. (MIRANDA E TAVARES, 1999, p. 339, grifos nossos).

Crítica realizada pelos autores ao processo de privatização diz respeito ao fato de que, nos anos anteriores, as empresas estatais haviam realizado avanços tecnológicos e de capacidade produtiva significativos, que integraram física e operacionalmente os sistemas nacionais de energia elétrica e telecomunicações. A expansão teve como objetivo criar externalidades importantes para áreas privadas de entretenimento e automação bancária, e representava uma garantia de demanda para indústrias de eletrônica profissional e bens de capital sob encomenda - as áreas líderes da expansão capitalista recente. Por esse aspecto, a decisão de privatizar para grupos independentes e sem compromisso com a articulação territorial dos sistemas nacionais de energia elétrica e telecomunicações desestrutura sinergias existentes e potenciais que permitiriam um novo ciclo de crescimento acoplado a um patamar tecnológico mais avançado, e não uma especialização regressiva.

Com relação a essa questão, Miranda e Tavares destacam a mudança da diversificação produtiva dos grupos industriais como outra característica importante dessa etapa do processo de reestruturação patrimonial no Brasil. Afirmam que, embora não tenha havido desindustrialização significativa, houve uma profunda desnacionalização, pois grupos brasileiros que operavam tradicionalmente nos setores de bens de capital, eletrônica profissional e construção civil pesada, ou que constituíam conglomerados financeiros, foram os que passaram por redefinições mais significativas de suas estratégias, seja devido a uma nova inserção internacional do Brasil, seja pelos processos de privatização e concessão de serviços estatais.

A recessão e a abertura comercial ocorrida na primeira metade da década de 1990 já haviam obrigado as empresas industriais a desistirem das atividades industriais em tecnologia orientadas tanto para o mercado interno quanto para a exportação, a concentrarem seletivamente suas atividades em áreas de maior competência de produção,; reduzirem os níveis de integração vertical, ampliando a importação de partes e componentes, ou fazendo *joint ventures* com empresas líderes mundiais. Parte importante da produção local desses setores foi "substituída" por importações, invertendo o processo histórico de sua formação.

Houve grandes grupos da construção civil pesada com comportamento diferenciado: os mais importantes passaram a atuar fortemente no exterior desde 1980, a partir de suas especializações em construção civil, serviços de engenharia e montagem industrial e com a realização de associação e *joint ventures* com grupos estrangeiros, objetivando participar em grandes concorrências internacionais. Adicionalmente, esses grupos, até então especializados, iniciaram movimentos de diversificação conglomerada, seja em direção à produção de commodities petroquímicas, área de negócio com mercado internacional, seja aproveitando as concessões públicas de serviços de infraestrutura, explorando rodovias, sistemas de saneamento, portos etc.

Em linhas gerais, os autores identificam três estratégias dos grupos privados nacionais ante as políticas de neoliberalização da economia na década de 1990: i) aqueles que tentam resistir em seus *core-business* originários, usam as privatizações para reforçá-los e são bem sucedidos; ii) os que reduzem sua conglomeração ou reforçam sua especialização em *commodities* e os que tentam aproveitar os consórcios de privatizações para reforçar suas especializações em telecomunicações e/ou multimídia, mas perdem ou saem como sócios minoritários das empresas privatizadas; e iii) aqueles que diversificam radicalmente a partir das indústrias têxtil e do vestuário para siderurgia, infraestrutura e energia elétrica.

Nesse sentido, os autores apontam para o fato de que as oportunidades abertas pelas privatizações parecem ter sido mais aproveitadas por grupos que reforçaram seus *core-business* em *commodities* (siderurgia e petroquímica) ou que entraram, a partir de sua experiência acumulada, em serviços de engenharia e construção civil, na exploração de serviços de infraestrutura.

5 AS LEITURAS EM DISPUTA SOBRE ESTADO E CAPITALISMO NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

Nesta sessão, será analisado como diferentes autores interpretam as relações entre Estado e Capitalismo no Brasil na atualidade. Embora por vezes suas perspectivas conflitem, os dados apresentados se complementam e permitem compreender os resultados da equação entre Estado e Capitalismo no período recente no Brasil.

A década de 1990 caracterizou-se como um período de grandes mudanças na orientação política e econômica. Foi neste período que políticas neoliberais foram fortalecidas no cenário nacional. Conforme Cano (2010), no período em que prevaleceram políticas macroeconômicas curtoprazistas, a maior parte dos economistas se omitiu sobre os problemas de longo prazo e do desenvolvimento, e “acabaram por aceitar como inevitáveis a desnacionalização, a desindustrialização e a continuidade do poder de fato do sistema financeiro” (CANO, 2010, p.2).

As privatizações foram uma das marcas do período neoliberal, e o modelo de privatizações adotado no Brasil encontrou críticas tanto de autores que se identificam com o neoliberalismo, quanto de autores que se opõem a esta corrente.

5.1 O cenário: um capitalismo de laços

Uma das críticas ao modelo adotado para as privatizações no Brasil diz respeito ao reforço da influência do governo e de grupos domésticos no mercado. Para Sérgio Lazzarini, mesmo com a desnacionalização da economia brasileira o Governo não perdeu a capacidade de intervenção, e o processo que intensificou centralidade do governo brasileiro teria ocorrido durante mandatos de presidentes que representavam, a princípio, correntes ideológicas distintas. Durante o governo de Fernando

Henrique Cardoso as privatizações foram viabilizadas com a forte presença de entidades ligadas direta ou indiretamente ao Estado. No governo Lula as estruturas formadas no período anterior se multiplicaram, foram intensificadas graças à ação de entidades públicas - a exemplo do BNDES, e serviram de canais de influência no mundo corporativo (LAZZARINI, 2011, p.40).

Na realidade, de forma até paradoxal, o fenômeno de privatização e de maior inserção global que se seguiu após a década de 1990 no Brasil ajudou a *reforçar* a influência do governo e de certos grupos domésticos. Essa interpretação distinta emerge quando observamos como mudou (ou como não mudou) o padrão de relações entre diversos proprietários na economia. O capitalismo de laços foi enraizado, e não dirimido, pelas diversas reestruturações que ocorreram no Brasil (*ibidem*, p. 19-20)

Segundo este autor, o que ocorreu foi um reforço do controle direto e indireto do Estado sobre a economia, vinculado principalmente à participação de atores ligados ao governo em todos os consórcios que participaram dos leilões das estatais. Duas estratégias governamentais destacadas foram: colocar o BNDES como entidade central nas privatizações - o que colaborou para aumentar os lances nos leilões (estimulados por recursos públicos) em função da segurança dos investidores; além de envolver os fundos de pensão⁷.

Através da metodologia de análise dos “mundos pequenos”, o autor demonstra como ocorreu um aumento na centralidade de atores nacionais (públicos e privados) e na desigualdade de influências na economia, através do que ele classifica como *Capitalismo de Laços* – no qual algumas empresas específicas (em geral as que mais teriam realizado doações para campanhas eleitorais), são beneficiadas, seja com a abertura de linhas de crédito, financiamentos, ou licitações públicas. Normalmente estas empresas não estão vinculadas a um partido político, a uma ideologia, e sim aos partidos com maior influência política. Isso ocorre em função do aumento no retorno anormal das ações de empresas que apoiam políticos de coalizões vencedoras e que terão maior poder de influencia no orçamento público e nas decisões governamentais (*Ibidem*, p.46). As doações para campanhas eleitorais atendem aos interesses dos

⁷ Para o autor, a feição pública dos fundos de pensão se encaixava como uma luva nos propósitos do governo, uma vez que estes são geralmente geridos por profissionais eleitos por colegas das próprias estatais e outros executivos apontados pelo governo. Assim, eles apresentam uma forte ligação com sindicatos e associações de funcionários, e seriam uma espécie de “ator híbrido”, representando servidores públicos e atuando como “partícipe ativo da arena capitalista”. Seria uma mistura entre a classe trabalhadora e o mercado (LAZZARINI, 2011, p. 31). Em *O Ornitorrinco*, Francisco de Oliveira destaca que a estrutura de classes foi truncada ou modificada: as capas mais altas do antigo proletariado converteram-se, em parte, no que Robert Reich chamou de “analistas simbólicos”: administradores de fundos de previdência complementar que fazem parte de conselhos de administração, a título de representantes dos trabalhadores. “Tal simulacro produz o que Robert Kurz chamou de “sujeitos monetários”: trabalhadores que ascendem a essas funções estão preocupados com a rentabilidade de tais fundos, que ao mesmo tempo financiam a reestruturação produtiva que produz desemprego” (OLIVEIRA, 2003, p. 146).

dois lados da moeda e podem ocorrer de forma declarada ou por meios ilegais, com repasses de dinheiro não declarados⁸, desvio de dinheiro, entre outros. O autor destaca que isso caracteriza relações clientelistas⁹, velhas conhecidas do panorama político e econômico brasileiro. Há também o argumento de que o direcionamento de vultosos recursos para determinadas empresas está ligadas ao desejo de criar e impulsionar as “campeãs nacionais”¹⁰.

A despeito da vinda de empresas estrangeiras para o país a partir das privatizações, as evidências levantadas pelo autor indicam um maior poder de influência de atores locais, privados e públicos, na economia nacional, e seriam raras as multinacionais ocupando papéis centrais. Lazzarini qualifica estas mudanças como prejudiciais, uma vez que

[...] as firmas que mais se engajaram em doações foram aquelas com menos lucratividade. Assim, se as firmas politicamente conectadas investirem em novos projetos – provavelmente devido aos empréstimos que conseguiram -, haverá ineficiência potencial. Se esses mesmos investimentos tivessem sido realizados por empresas sem conexões políticas (que se mostraram, segundo os autores, em média mais lucrativas), obteríamos projetos de maior desempenho e valor. Com base nessa ideia, e levando em conta somente a sua amostra utilizada de empresas negociadas em bolsa, os autores estimam uma perda da ordem de 0,2% do PIB gerada apenas pelo efeito das doações de campanha um valor que, na realidade, pode ser dez vezes maior, considerando que diversas outras firmas fora da amostra também realizam contatos políticos (por exemplo, firmas de capital fechado), e muitas doações não são publicamente declaradas (ou seja, passam pelo “caixa dois”). Canais clientelistas podem minar substancialmente o potencial produtivo de uma economia. (*Ibidem*, p. 54)

Em suma, o clientelismo e as intervenções do Estado na economia seriam, para o autor, prejudiciais ao potencial produtivo da economia brasileira.

5.2 Predomínio de políticas neoliberais?

Há um grupo de economistas que apontam o aprofundamento do modelo neoliberal durante o governo Lula. Já em 2006 Luiz Filgueiras apontava que:

Em particular, o Governo Lula deu prosseguimento (radicalizando) à política econômica implementada pelo segundo Governo FHC, a partir da crise cambial de janeiro de 1999: metas de inflação reduzidas, perseguidas por

⁸ Segundo estimativas, as doações reais no Brasil são duas a dez vezes maiores do que os valores oficialmente declarados.

⁹ O clientelismo é um subsistema de relação política, no qual uma pessoa recebe a proteção de outra em troca do apoio político.

¹⁰ Empresas de grande porte com poder de inserção, competição e influência para além das fronteiras nacionais.

meio da fixação de taxas de juros elevadíssimas; regime de câmbio flutuante e superávits fiscais acima de 4,25% do PIB nacional. Adicionalmente, recolocou na ordem do dia a continuação das reformas neoliberais - implementando uma reforma da previdência dos servidores públicos e sinalizando para uma reforma sindical e das leis trabalhistas-, além de alterar a Constituição para facilitar o encaminhamento, posterior, da proposta de independência do Banco Central e dar sequência a uma nova fase das privatizações, com a aprovação das chamadas Parcerias Público-Privado (PPP), no intuito de melhorar a infra-estrutura do país -uma vez que a política de superávits primários reduz drasticamente a capacidade de investir do Estado. Por fim, completando o quadro, reforçou as políticas sociais focalizadas (assistencialistas). (FILGUEIRAS, 2006, p. 186).

A respeito das políticas chamadas de assistencialistas, faz-se importante acrescentar a contribuição de Tania Bacelar de Araújo. Para a autora, o que inicialmente era um programa assistencial, se transformou em estímulo ao dinamismo da economia local muito pequena. O volume de recursos do Bolsa Família, por exemplo, passa do patamar de R\$ 2 bilhões para R\$ 10 bilhões anuais. Estes recursos afetam mais o Norte e o Nordeste, e são pouco sentidos em São Paulo. Nos pequenos municípios são ainda mais significativos. O volume da transferência foi mais impactante em locais onde a base produtiva é pequena e o volume de renda gerado localmente é muito pequeno. Juntamente com a variação real do salário mínimo (que desde o final da década passada vem tendo variação real e acima da correção média dos salários) e com o crédito (que aumentou em volume e em tempo para o pagamento), o Bolsa Família tem contribuído com a diminuição da desigualdade entre as regiões brasileiras (ARAÚJO, 2010).

A bodega da esquina, a feira, a padaria, a farmácia, tudo envolve um fluxo de renda que não era gerado ali, mas que é transferido de outros lugares. O Nordeste tem 28% da população brasileira e 50% da população pobre do Brasil. Então, dos R\$ 10 bilhões que o governo paga, R\$ 5 bilhões vão para lá. Por isso, nas pequenas cidades do Nordeste se sente um impacto importante no estímulo ao consumo. Gente que não consumia passou a consumir. Do ponto de vista macro, não foi só o pequeno negócio que lucrou. Porque, como é muita gente, também as grandes empresas se beneficiam: os supermercados e empresas de produção de alimentos e de confecções. Por exemplo, a Bauducco fez uma fábrica na Bahia e está fazendo outra. A Nestlé está investindo lá. A Perdigão e a Sadia foram agora para Pernambuco. Vão produzir iogurte e embutidos, porque esse padrão de renda consome muito em embutidos. Então, isso atraiu também grandes corporações para fazer investimentos para atender a essa demanda. E tem um efeito indireto sobre o emprego (*Ibidem*).

Reinaldo Gonçalves (2011) destaca que houve uma flexibilização da política macroeconômica acompanhada pela presença mais incisiva do Estado através de em-

presas estatais (com destaque para a Petrobras e bancos oficiais) e de fundos de pensão liderados por uma aristocracia sindical. Aos poucos isso estaria alterando a estrutura do bloco de poder dominante no Brasil. Esta alteração seria causa e consequência de uma nova acomodação e fortalecimento do modelo econômico vigente: o Neoliberalismo Periférico ou o Nacional-desenvolvimentismo às avessas. Articulados por dentro do estado, segmentos nacionais do grande capital atuam junto com a hegemonia financeiro-exportadora (composta por bancos e pelo agronegócio) que comanda a economia brasileira. Isto estaria recriando, sob novas circunstâncias e sob a hegemonia do capital financeiro, o tripé capital internacional/Estado/Capital privado (GONÇALVES, 2011).

Quadro 1: Características do nacional-desenvolvimentismo e do nacional-desenvolvimentismo às avessas do Governo Lula

Nacional-desenvolvimentismo	Nacional-desenvolvimentismo às Avessas – Governo Lula
Industrialização	Desindustrialização
Substituição de importações	Dessubstituição de importações
Melhora do padrão de comércio	Reprimarização
Avanço do sistema nacional de inovações	Maior dependência tecnológica
Maior controle nacional do aparelho produtivo	Desnacionalização
Ganhos de competitividade internacional	Perda de competitividade internacional
Redução da vulnerabilidade externa estrutural	Crescente vulnerabilidade externa estrutural
Subordinação da política monetária à política de desenvolvimento	Dominação financeira

Fonte: http://www.coreconj.org.br/pdf/Governo_Lula_e_o_Nacionaldesenvolvimentismo_as_Avessas.pdf. Acesso em 05/09/2012.

O autor destaca ainda que o capital privado nacional continua indo a reboque do Estado, que é peça fundamental para a legitimação do bloco de poder dominante. Em suma, em uma situação internacional favorável, o governo Lula acomodou interesses potencialmente conflitantes - o grande capital, políticas sociais focalizadas e ampliação de crédito para segmentos populacionais de menor renda (GONÇALVES, 2010).

Outro autor que compartilha da interpretação de que o neoliberalismo caracteriza as políticas econômicas adotadas atualmente no Brasil é Wilson Cano. O autor defende a necessidade de uma ruptura com o modelo neoliberal e a retomada do Estado Desenvolvimentista. O modelo neoliberal, adotado e aprofundado a partir da década de 1990, teria dado ao capital privado recursos escassos que deveriam ser direcionados ao povo. Isso se somou à crise estrutural (e cumulativa) que caracteriza o Brasil, e teria reforçado a condição de subdesenvolvimento que nos caracteriza (e não de país “emergente”, como disseram os neoliberais na década de 1990). Para este autor, a nossa história econômica mostra várias conversões do capital mercantil arcaico em

capital agrário, industrial, bancário, ou em serviços modernos. Porém, o arcaico manterá seus condicionamentos sobre a estrutura de poder local, uma vez que a modernização é restrita e travada. A correlação de forças políticas não permite, ou ao menos dificulta que o Estado realize a tarefa caracterizada como “modernizante e democratizante”. A transformação do capital mercantil para o capital moderno não se completa, pois sua penetração é insuficiente para extinguir toda a barbárie no espaço econômico nacional. Além disso, o novo capital modernizador acomoda seus interesses com os do capital mercantil quando suas necessidades específicas são atendidas, contendo os possíveis antagonismos (CANO, 2010, p. 11)¹¹.

Em sua análise sobre a crise estrutural que teria resultado, entre outras coisas, em uma significativa reprimarização da economia brasileira e na continuidade e agravamento de problemas socioambientais, este autor faz uma periodização que pode ser resumida da seguinte forma:

i) Década de 1980: alta inflação, baixo crescimento, crise fiscal e financeira do Estado e do balanço de pagamentos;

ii) 1989-2002: privatizações, abertura comercial, desregulamentação financeira e valorização cambial, inflação contida aos custos de quintuplicar em termos reais a dívida pública interna, valorização do câmbio, juros reais em níveis absurdos, queda do investimento público a patamares irrisórios e ampliação do desemprego;

iii) 2002 a 2008: recuperação do comércio internacional (“efeito China”); taxas médias de crescimento do PIB mais altas (graças à grande expansão das exportações de *commodities*; ao aumento do crédito consignado – notadamente pelos bancos públicos, e basicamente ao consumo familiar); expansão do crédito público de longo prazo (pelo BNDES). Ampliação do investimento externo (notadamente em serviços -, principalmente financeiros - e na especulação no mercado de valores). Ampliação das políticas sociais, com destaque para a considerável expansão do programa de renda mínima (Bolsa Família) e do salário mínimo real;

iv) 2008 em diante: desaceleração da economia mundial, com políticas agressivas no mercado internacional por parte dos países desenvolvidos mais a China, na busca de exportar seus produtos industriais (*Idem*, 2012, p. 5) – o que pode agravar ainda mais o processo reprimarização da economia brasileira.

Os principais fatos que estariam causando a desindustrialização seriam: i) a política cambial prevalecente desde o Plano real, com câmbio muito valorizado e juros reais altos; ii) abertura comercial com queda de tarifas e diminuição dos demais mecanismos protecionistas (que vem ocorrendo desde 1989, com maiores investidas nos governos Collor e FHC); iii) taxas de juros elevadas que inibem os investimentos na indústria; iv) diminuição do aporte de recursos (tanto estrangeiros quanto internos) na indústria. Os investimentos cresceram em um sentido global, mas foram alocados principalmente em serviços (especialmente o financeiro, construção, negócios imobili-

¹¹ Por exemplo, através de seus lobbies ou de seus representantes no parlamento, ambos lutarão politicamente contra determinadas reformas sociais que ameacem os direitos da propriedade e das leis do mercado.

liários) e no agronegócio e mineração; v) desaceleração da economia mundial (*Ibidem*, p. 5).

Para este autor, o modelo atual está divorciado da industrialização e é incapaz de manter taxas anuais de crescimento que sejam elevadas e persistentes em longo prazo. Ele critica a falta de preocupação com a desindustrialização:

[...] basta ver a forte regressão dos manufaturados em nossa pauta exportadora, a forte elevação dos déficits comerciais de produtos industriais de média a alta tecnologia, ou, ainda, a acentuada queda da participação da indústria de transformação no PIB, a qual, depois de passar de cerca de 19% na década de 1950 para 36% na de 1980, regride violentamente para 19% na de 1990 e para 15,6% os anos 2000. (*Idem*, 2010, p. 10)

Para ele, o atual modelo de crescimento, destrói empregos industriais e gera mais de empregos terciários (de menor renda e qualificação e mais prejudiciais para a urbanização).

Em suma, no período pós-Lula teria havido a passagem dos desenvolvimentistas de ontem para os inimigos do elevado crescimento; dos industrialistas para os que aceitam a reprimarização de nossa pauta exportadora, da estratégia do protecionismo pela abertura internacional dos mercados de *commodities*. Isso em troca de nosso mercado interno de manufaturados (*Ibidem*, p.2)

Outro autor que se debruçou sobre a relação entre capitalismo e Estado no Brasil foi Carlos Antônio Brandão. Ele caracteriza o Brasil como sendo uma “máquina de desigualdades”, e sua hipótese é de que a experiência brasileira seria antes um processo de valorização do que de acumulação reprodutiva de capital, ou que seria necessário ao menos “encará-la como a perene coexistência de acumulação de natureza primitiva com formas renovadas de acumulação por despossessão/espoliação” (BRANDÃO, 2010 p. 40-41). Como exemplo de uma forma privilegiada de acumulação por espoliação, o autor cita a expropriação do patrimônio público via privatizações, que no caso brasileiro teriam sido executadas sem nenhuma orientação estratégica (*ibidem*, p. 60). Discorrendo sobre o pacto de dominação interna, o bloco histórico que domina o país, a extensividade e a “fuga para frente”, o autor destaca que o Estado teria cumprido papel decisivo na garantia, no amparo e na validação lucrativa de massas e estoques de riqueza acumulados, além de ter sancionado horizontalmente a valorização especulativa.

No território se armou uma equação político-econômica eficaz entre os proprietários fundiários, o capital de incorporações, o capital de construção e o capital financeiro, que passam a desfrutar de condições vantajosas e auferir ganhos extraordinários. Essa coalisão conservadora tem seus interesses assegurados pelos cartórios, pelas câmaras de vereadores, pelo Poder Judiciário, etc., travando as possibilidades de romper com o atraso estrutural [...]. (*Ibidem*, p. 57)

Para este autor, as políticas neoliberais postas em práticas pós-crise de 1980 e uma conjugação de fatores teriam determinado o esgotamento do nosso débil padrão endógeno de desenvolvimento. O Estado perdeu poder de coordenação estruturante, de orientar e promover frentes de expansão atrativas. Dilataram-se as disritmias e os descompassos entre as decisões públicas e privadas de inversão. A ação pública não logrou promover a acumulação reprodutiva, apenas fomentou e sancionou recorrentemente um grande processo de valorização mercantil-patrimonial. É neste sentido que o autor supõe que o Brasil se configura com um enorme complexo de promoção mercantil-patrimonial-rentista.

5.3 Pós-2006: predomínio de políticas desenvolvimentistas?

Para Maria da Conceição Tavares, diferente da década de 90, recentemente começa a haver no Brasil um predomínio do pensamento desenvolvimentista (TAVARES, 2010). A autora argumenta que atualmente nenhum governo na América se caracteriza como sendo de cunho neoliberal, nem mesmo os Estados Unidos¹². Sobre a questão das “empresas vencedoras”, Tavares afirma que são necessárias políticas horizontais e políticas setoriais para a indústria: “se não escolher setores e empresas, não avança. Não estamos num mundo de concorrência perfeita. Estamos num mundo monopolista. Se não tiver grande empresa aqui, não vamos para lugar nenhum” (*Ibidem*). Sobre a desindustrialização, no ano de 1999 a autora destacava que, embora não tenha havido desindustrialização significativa, houve desnacionalização profunda. “Entre 1991 e 1997, 96% das empresas brasileiras do setor eletroeletrônico foram adquiridas por (empresas) estrangeiras; da mesma forma 82% das empresas do setor de alimentos e 74% da indústria de autopeças”. (*Idem*, 1999, p.342)

Já no ano de 2010 a autora considera que ocorreu desindustrialização durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, em função do que ela qualificou como “uma política de câmbio completamente irresponsável, uma taxa de juros alta, que começou a afrouxar a partir do segundo mandato. O problema de agora é que, com a crise mundial, o dólar desvalorizou e todas as moedas valorizaram, exceto a moeda chinesa” (TAVARES, 2010). Com isso a indústria teria sofrido um abalo no ano de 2009 e se recuperado com força já em 2010, porém, com indícios de desaceleração.

Para o economista Fabio S. Erber (2009), os dois mandatos do Governo Lula foram marcados pela competição entre duas convenções¹³: a convenção institucionalista

¹² Aula Magna proferida durante o Seminário Internacional *A crise mundial e os desafios de um novo padrão de desenvolvimento*, em 26 de setembro de 2012.

¹³ Fábio Erber parte do conceito de convenção de desenvolvimento. Esta perspectiva está fundamentada no princípio epistemológico de que a Economia é ontologicamente Política (ERBER, 2009:2). Na busca de politizar o debate, esta análise que vai além da ideia de estratégias de desenvolvimento, uma vez que os conflitos não são considerados somente como fenômenos de ordem técnica.

restrita¹⁴, e a convenção neodesenvolvimentista¹⁵. No primeiro mandato do presidente Lula a convenção neo-desenvolvimentista teria se manifestado no Plano Plurianual (2003/2007), na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, e no esforço em estabelecer parcerias público-privadas. Esta tendência pelo neodesenvolvimentismo teria sido reforçada com as mudanças ocorridas em 2006 nos quadros do Ministério da Fazenda. Além disso, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e a Política de Desenvolvimento Produtivo deram um novo gás a esta corrente durante o segundo mandato do então presidente. Porém, para este autor, a convenção institucionalista restrita segue exercendo a hegemonia. Isso se explica em função da força da coalizão conservadora e da percepção de que as políticas desenvolvimentistas (e de inclusão social) não agridem necessariamente os interesses da outra coalizão: manter reduzidas as taxas de crescimento não impede a inclusão social, a inflação prejudica os segmentos mais pobres da população e a elevação da taxa de investimento atende às duas convenções. (ERBER, 2009, p.43).

Concordando com esta visão, Eli Diniz destaca que, “a despeito dos avanços verificados no debate sobre a necessidade de um projeto desenvolvimentista de novo tipo, não é possível detectar uma coalizão claramente articulada em torno de um novo modelo” (DINIZ, 2011, p. 522). Além disso, para esta autora, partidos políticos e demais atores relevantes da sociedade civil permanecem à margem dessa discussão.

5.4 Considerações da seção

Todos os autores vistos até o momento apontam a virada neoliberal pela qual o Brasil passou a partir da crise na década de 1980. Foi o período que teve início em 2003, com o governo Lula, que mais causou divergências quanto à sua caracterização. Carlos Lessa argumenta que o “atual governo parece procurar uma síntese entre o projeto neoliberal – circunscrito ao domínio da moeda, dos juros e do sistema financeiro – e um neoprojeto nacional desenvolvimentista em matéria de infraestrutura” (LESSA, 2009, p. 98). Capitalismo de laços, neoliberalismo periférico, novo-desenvolvimentismo. É realmente complicado dar um nome a algo que comporta características tão diversas e por vezes entendidas como antagônicas. Com as análises recentes do caso brasileiro apresentadas pelos autores aqui discutidos percebe-se que a comparação do Brasil com um ornitorrinco, feita pelo sociólogo Francisco de

¹⁴ Baseia-se na teoria neoclássica e foi enriquecida pela Nova Economia Institucional, de acordo com a perspectiva de North (1990). Esta convenção estaria ancorada na centralidade do Banco Central, e ter-se-ia apoiado em uma aliança conservadora entre o setor financeiro, investidores institucionais - a exemplo dos fundos de pensão, produtores e exportadores de commodities, etc.

¹⁵ Erber argumenta que esta competição entre convenções caracteriza o desenvolvimento brasileiro desde os anos 1930. Ou seja, mesmo durante a hegemonia do nacional-desenvolvimentismo, esta convenção jamais deixou de ser contestada pela convenção liberal, assim como durante a hegemonia do neoliberalismo (nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso), também houve conflitos entre neoliberais e neodesenvolvimentistas.

Oliveira em 2003, ainda parece servir para ilustrar o resultado desconcertante da equação entre o Estado, o Capitalismo e a sociedade brasileira.

6 CONCLUSÕES

A análise da gênese do capitalismo no Brasil em relação às formas originárias de desenvolvimento capitalista e suas variantes nos países centrais coloca a necessidade de construção de categorias que permitam “sucessivas aproximações dos movimentos reais particulares”. Para tanto, é necessário pensar as mediações entre o capitalismo financeirizado e mundializado; a formação sócio-econômica historicamente constituída no país; e a conjuntura resultante das forças, recursos e cenários em constante movimento, ou seja, as “circunstâncias históricas específicas” desta formação (OLIVEIRA, 2002).

Na última década, condições econômicas externas favoráveis associadas a um novo arranjo político-societal teriam ampliado a margem de intervenção ou de “ativismo” estatal - em que tem grande relevo a atuação financiadora e investidora do Sistema BNDES. Na via inversa de Lazzarini (2010), pode-se colocar como hipótese que o Estado não cria unilateralmente um “canal de influência no mercado”. Antes, ele materializa e institucionaliza um campo de influências recíprocas entre os setores e grupos econômicos com maior poder financeiro e de mercado.

A crítica ao papel expandido do BNDES, veiculada invariavelmente no Brasil por consultores e economistas vinculados a instituições financeiras e de pesquisa privadas, procura pôr em cheque a política de sustentação das “campeãs nacionais” mediante o lema “*pick the winner*”. Nesta visão, o Estado deturparia a alocação ótima de recursos, como se fosse elemento externo e estranho às relações econômicas de produção.

Já os defensores da ação do BNDES argumentam que as reais condições de concorrência inter-oligopolistas, entretanto, pressupõem um nível ótimo de concentração e centralização de capitais para o qual o BNDES vem desempenhando um papel indispensável. Não há dicotomia entre a condição de empresas campeãs nacionais “clientes” do Estado, e um Estado clientelizado por estes mesmos grupos econômicos potencializados e potencializadores.

A percepção do Estado como “sócio fundamental dos agentes privados” ficou evidenciada já no segundo mandato de FHC, no qual o Estado atuou “por dentro” dos processos de privatização, na engenharia financeira e na montagem dos conglomerados que seriam contemplados com os bens e setores públicos com maiores perspectivas de capitalização. Miranda e Tavares (1999) avaliavam na ocasião que “teria sido perdida a oportunidade de uma centralização eficiente do capital”, pois o Estado não se diferenciava mais dos agentes privados, transformando-se em espaço privado em si, sem autonomia suficiente para expressar iniciativas racionalizadoras e organizadoras do dinamismo do mercado no longo prazo. A partir de 2003, com a redefinição do

público como espaço de planejamento do privado, e um maior nível de acordos e convergências no interior deste quanto à necessidade de expansão coordenada, não estariam recolocadas as condições para uma “centralização eficiente” dos capitais no Brasil?

Para levar a cabo esse processo simultâneo de centralização política atrelado a uma centralização econômica, especialmente nos setores considerados competitivos, ter-se-ia desenvolvido uma burocracia estatal diferenciada. Sua gênese ter-se-ia dado, por um lado, em intercâmbio e interação com os agentes de mercado através dos fundos de pensão, empresas estatais, bancos públicos, agências reguladoras e consultorias e, por outro lado, com a chamada “sociedade civil”, através da máquina sindical, dos movimentos sociais e ONGs institucionalizados e aprisionados à agenda governamental.

Os anteparos colocados à hipótese de Beluzzo e Coutinho (1978), de que o Estado (em especial os bancos públicos) seria, no Brasil, o substitutivo histórico do capital financeiro (em sua função centralizadora e concentradora de capital nos países centrais) devem ser reavaliados à luz das transformações econômicas e político-institucionais na última década. Nos últimos anos, observou-se um crescente entrelaçamento entre os capitais agrário, industrial e mercantil, com decisiva intervenção do BNDES na criação de conglomerados setoriais e multisetoriais e em seus rearranjos.

O que poderia ser considerado “passivo” no papel do Estado e do BNDES como substitutivo do capital financeiro a partir de 2003? No plano da concepção última das políticas de conglomeração, haveria alguma passividade frente à plena atividade na viabilização e expansão dos conglomerados priorizados? Até que ponto podemos inferir que o processo de monopolização do capital no país esteja sendo “exterior às instituições financeiras públicas” (TAVARES, 1998)? A “sagrada aliança” (LESSA e DAIN, 1980), realinhada em suas órbitas e em seus processos de especialização, e reposita sua hierarquia a partir de movimentos de internacionalização de mão dupla, resulta em que novo tipo de “pacto básico”?

Se à direita o BNDES é criticado por ser o braço musculoso de um estado visto como excessivamente intervencionista, arbitrando setores e empresas a serem colocados a salvo de um mercado competitivo que apenas premiaria a produtividade e a competitividade, e não a solidariedade política-clientelar, também à esquerda o BNDES é questionado por intervir em favor de certos grupos privados, em particular daqueles comprometidos com uma inserção internacional centrada em commodities.

A pesquisa em curso tem por objetivo trazer novos elementos para desvendar, de um lado, a natureza da ação do BNDES desde os anos 1980, e, de outro lado, entender de que forma esta ação contribui para reiterar ou alterar as formas tradicionais de partilha da riqueza e do poder na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, T. B. **A diversidade regional é um patrimônio brasileiro**. Brasília: Editora do IPEA, 2008 (Entrevista a Revista DESAFIOS do IPEA).
- BARBOSA, Agnaldo de Sousa. Interpretações sobre a burguesia industrial brasileira: um breve balanço. In: **Estudos de Sociologia**, vol. 8, n. 15, UNESP, p. 31 – 44, 2003.
- BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: BRANDÃO, C. et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais - fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2010, p. 39 – 70.
- CANO, W. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: UNESP, 2000.
- _____. Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP n. 177, maio 2010.
- _____. Uma Agenda Nacional para o Desenvolvimento. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP n. 183, agosto 2010.
- _____. A desindustrialização no Brasil. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP n. 200, janeiro 2012.
- CARDOSO, F. H. **Empresário Industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1964.
- TAVARES, M. C. et al. O papel do BNDE na industrialização do Brasil - Os anos dourados do desenvolvimentismo, 1952-1980. **Memórias do Desenvolvimento** nº 04, set. 2010, Rio de Janeiro, p. 9-217.
- DINIZ, Eli. O contexto internacional e a retomada do debate sobre desenvolvimento no Brasil contemporâneo (2000/2010). **Dados**, v. 54, p. 493-531, 2011.
- _____. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DRAIBE, Sonia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- DRAIBE, Sonia e AURELIANO, Liana. A Especificidade do Welfare State Brasileiro. In: Ministério da Previdência e Assistência Social. **A política social em tempo de crise: articulação institucional e descentralização**, volume I. Brasília-DF: mimeo, 1989.
- ERBER, Fabio S. Convenções do Desenvolvimento. **Insight Inteligência**, Ano XI, no 44, 2009, p. 109-129.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 1958.
- FAUSTO, Boris. **A revolução de 30: historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- FILGUEIRAS, L. O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do Modelo Econômico. In: MASUALDO, B.; ARCEO, E. (Org.) **Neoliberalismo y sectores dominan-**

- tes - tendências globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 179-206. (Colección Grupos de Trabajo)
- FIORI, J. L. Para um diagnóstico da modernização brasileira. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. (org.) **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 269-289.
- FIORI, J. L. Sonhos prussianos, crises brasileiras. In: FIORI, J. L. **Em busca do dissenso perdido**. Rio de Janeiro: Insight Editorial, 1995, p. 57-83.
- GONÇALVES, R. Desempenho macroeconômico em perspectiva histórica: Governo Lula (2003-10). In: MAGALHÃES, J. P. A. et al. **Os Anos Lula: contribuições para um Balanço Crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: , 2010, p. 161-180.
- GONÇALVES, R. **Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas**. 2011. Disponível em: http://www.corecon-rj.org.br/pdf/Governo_Lula_e_o_Nacionaldesenvolvimentismo_as_Avessas.pdf.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. **O problema nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1960.
- IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- LAZZARINI, S. G. **Capitalismo de laços: os donos do Brasil e suas conexões**. São Paulo: Campus, 2011.
- LESSA, C; DAIN, S. Capitalismo associado: algumas referências para o tema de Estado e desenvolvimento. In: BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (Orgs.) **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LESSA, C. Infraestrutura e logística no Brasil. In: CARDOSO JUNIOR, J. C. **Desafios ao desenvolvimento brasileiro: contribuições do conselho de orientação do Ipea**. Brasília: Ipea, 2009.
- MARTINS, Luciano. **Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Saga. 1968.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MIRANDA, J. C. & TAVARES, M. C. Brasil: estratégias da conglomeração. In: FIORI, J. L. (Org.) **Estado e Moeda no Desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- OLIVEIRA, C. A. B. **Processo de Industrialização: do capitalismo originário ao atrasado**. São Paulo: UNESP, 2002.
- OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003
- TAPIA, Jorge. R.B. & ARAÚJO, A. M. B. Estado, classes e estratégias: notas sobre um debate. **Crítica e Sociedade**, v.1 n.1, Uberlândia, jan-jun. 2011, p. 9-54.

TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. (Tese de livre docência. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1974.)

_____. **Ciclo e Crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. Campinas: UNICAMP-Instituto de Economia, 1998 (Originalmente tese apresentada em concurso de prof. titular da UFRJ em 1978).

_____. Império, Território e Dinheiro. In: FIORI, J. L. (Org.) **Estados e Moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 449-489.

_____. **"Não tem mais centro e periferia", afirma Maria da Conceição**. Depoimento. [12 de setembro de 2010]. FOLHA DE SÃO PAULO. Entrevista concedida a Claudia Antunes. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/797136-nao-tem-mais-centro-e-periferia-afirma-maria-da-conceicao.shtml> . Acesso em 03/09/2012.

VAINER, Carlos. **Production vivrière et force de travail dans l'agriculture brésilienne** **Université Paris I**. 1979. Thèse de 3e cycle/Sciences économiques ; dir. MAZOYER, Marcel. 1979

Artigo recebido em 30 de novembro de 2015.

Aprovado em 20 de maio de 2016.